

mo e outros que persistem, na tentativa de alcançar sensações mais intensas).

Por último, na Conclusão, e atendendo aos contributos deste estudo, é sugerido que as políticas relacionadas com as drogas promovam trajectórias de vida dos sujeitos, em particular dos jovens, em que estejam presentes experiências valorizadas de bem-estar que tornem dispensável o recurso a substâncias.

Ana Galhardo

Instituto Superior Miguel Torga

Fernanda Rodrigues (ed.). 2003. *Ação Social na Área da Exclusão Social*. Lisboa: Universidade Aberta. 160 pp. ISBN: 972-674-390-7.

Os estudantes são os principais destinatários deste livro, editado por Fernanda Rodrigues e co-autorado por Maria Manuela Figueira, num formato de manual e com três capítulos. No entanto, o seu conteúdo é também de grande interesse para profissionais e docentes da área social. Um dos contributos fundamentais da obra, o tema do primeiro capítulo, reside na compreensão do conceito de acção social, nomeadamente no seu sentido amplo. A acção social é entendida, por muitos autores, e até em discursos oficiais, numa perspectiva *stricto sensu* (Sposati), na qual a tarefa da acção social centra-se na minimização das condições de precariedade da população, através da prestação de auxílio financeiro e/ou em espécie, não existindo, por isso, preocupação quanto à alteração da estrutura social. Esta visão associa o conceito de acção social às funções e efeitos do seu desempenho, ou seja, considera a acção social como uma prática e não como uma política, como um espaço de reprodução da exclusão e não como mecanismo de universalização dos direitos sociais.

A perspectiva defendida pelas autoras, ao contrário, considera a acção social como área de política social (traduzida numa das funções do estado público) com potencialidades para se constituir como uma política específica, a par das demais. Trata-se de uma perspectiva *lato sensu* de cariz educativo e comunitário, tendo as suas acções simultaneamente um carácter compen-

satório, de criação de serviços e promocional. O objectivo central da acção social refere-se, aqui, à efectivação prática da cidadania e assenta numa lógica de descentralização com dotações orçamentais e estruturas próprias.

Neste seguimento, as políticas sociais e a acção social apresentam uma dupla função ideológica: a manutenção da coesão e harmonia social (que permite a legitimação do poder instituído) e o acesso a recursos e direitos por parte das populações excluídas. Apesar desta concordância, a lógica macro-ética de universalidade reveste as políticas sociais de um carácter homogeneizador que não lhe permite atender as diferenças e particularidades, enquanto, ao contrário, a matriz micro-ética e individual da acção social permite actuar na especificidade e particularidade. A acção social é exercida, assim, numa lógica selectiva e integrativa que lhe confere um potencial de inclusão, ao promover o despiste e o atendimento de necessidades insatisfeitas e ao implementar novas e adequadas modalidades de apoio, embora com o perigo de permitir a manutenção da população na condição de assistida.

Na actualidade, o conceito de cidadania envolve a dimensão de participação e representação, pelo que o exercício de cidadania passa a integrar indissociavelmente a noção de direito e dever. Esta duplicidade é introduzida na formulação das políticas sociais que passam a reivindicar a condição de políticas activas, deixando de ser a indivíduos, alvos das medidas, considerados como meros receptores, para serem vistos como agentes da própria operacionalização. Trata-se de uma nova forma de regulação social – regulação negociada (Paugam) – onde existe partilha de responsabilidade social entre o estado, as entidades públicas e privadas e a população destinatária das medidas.

A concepção de acção social (que veio a substituir a designação de assistência social) como direito refere a relação que tem estabelecido com o sistema de segurança social, baseado no princípio da universalidade e unidade. Esta característica, segundo as autoras, conferiu-lhe um potencial de representação de política pública que, apesar de presente nos discursos políticos, não se concretizou. Deste modo, a acção social aproximase, em termos de conteúdo substantivo, da assistência social.

A análise efectuada sobre a acção social, neste primeiro capítulo, permite considerar

que, em Portugal, as iniciativas da acção social têm sido definidas sobretudo em função do orçamento que lhes é dado – na verdade, uma parte ínfima do orçamento global da segurança social – e tem-se baseado numa lógica de organização e funcionamento conjuntural, em vez de estrutural. As mudanças de orientação política que, ora aproximam ora afastam a acção social da lógica de direito, é outro factor que a tem distanciado do esquema previdencial. Deste modo, o sistema de acção social, em vez de caminhar para uma crescente integração no campo dos direitos, tem funcionado como um serviço de cariz selectivo e discricionário, acentuando a precariedade e provisoriade das suas respostas assentes, assim, numa lógica assistencialista.

Outro contributo importante desta obra tem lugar no seu segundo capítulo, da autoria de Fernanda Rodrigues e Maria Manuela Figueira. Nesse capítulo, procura-se, entre outros objectivos, compreender a evolução do conceito da pobreza e da exclusão social, assim como das metodologias e estratégias de intervenção para o seu combate. O debate sobre a exclusão social é muito recente, centrando-se as investigações e discussões, até à década de 1980, nas questões da pobreza. As situações de pobreza tradicional aliadas ao surgimento dos ‘novos pobres’ exigiram uma reconfiguração do fenómeno que ultrapassava a clássica distinção entre pobres e não pobres. Paralelamente, a introdução de novos referenciais teóricos (como por exemplo, a questão dos direitos fundamentais) permitiu o aprofundamento do conceito e sua distinção com a tradicional noção de pobreza. Novos pressupostos surgem no entendimento da pobreza e exclusão social, cuja génese já não se circunscreve unicamente nas causas de ordem individual e familiar mas também, e com grande influência, nos factores de ordem estrutural.

Neste contexto, as iniciativas de auto-ajuda e de hetero-ajuda sofreram uma evolução, fruto dos ‘refinamentos e diversificação das formas geridas pela filantropia’ e do surgimento de novos esquemas de auto-ajuda (p.79). As autoras salientam, no entanto, que apesar das modificações nas actividades filantrópicas e de solidariedade familiar, estas persistem, na actualidade, quer na concepção do fenómeno, quer nas formas de intervenção. As preocupações em definir e compreender os fenómenos de pobreza e exclu-

são social levaram à criação de diversos eixos de análise e, conseqüentemente, à compreensão do fenómeno sob diferentes perspectivas, nomeadamente, como um fenómeno estrutural, como um processo social e como um processo multidimensional. Este aprofundamento disponibilizou uma série de instrumentos conceptuais e de modos de conhecimento que apoiaram o desenvolvimento das políticas sociais, quer na sua formulação e elaboração, quer na sua implementação e administração. A análise da natureza das medidas e políticas para o combate à exclusão social constitui um dos objectivos do terceiro capítulo, da autoria de Fernanda Rodrigues.

Actualmente, as análises críticas sobre a exclusão social procuram cruzar diversos factores, como sejam as *‘estruturas que organizam a distribuição de rendimentos (...), os factores sociais, económicos, políticos e culturais que originem esses sistemas’* e *‘os percursos efectivos das famílias que são atingidas pelos fenómenos de pobreza e exclusão social’* (p. 61). No entanto, e apesar da evolução da compreensão do conceito de exclusão, as medidas mais significativas para o seu combate centraram-se, durante décadas, na premissa que o mundo laboral era o *‘ambiente integrador por excelência’* (p.81), garantindo-se, apenas, os rendimentos e/ou benefícios associados. Como refere a autora, porém, tais medidas apresentavam limites, pela sua natureza fragmentada, contrária ao carácter multidimensional da pobreza e exclusão social, bem como pela sua incapacidade em acompanhar as fragmentações no mercado laboral, causadoras de, pelo menos, *‘três tipos de cidadania em relação com a quantidade e intensidade dos direitos sociais’* (p.83), designadamente, os empregados estáveis, os com trabalho precário e os que não têm acesso ao mercado de trabalho.

No sentido de ultrapassar esses limites surgem, na Europa Comunitária, na década de 1970, programas específicos para o combate da exclusão social que são apresentados pela autora. Estes programas permitiram o financiamento de um conjunto de projectos com métodos inovadores de enfrentamento dos fenómenos e com preocupações críticas com a sua análise. Os primeiros projectos surgem no âmbito do I Programa de Luta contra a Pobreza (1975-1980), dando visibilidade às situações de pobreza em alguns estados membros e, conseqüentemente, de-

mostrando a necessidade de equacionar o seu combate no foro colectivo e público.

No entanto, fica claro na obra que, embora a preocupação do conhecimento e análise dos fenómenos de exclusão social estivesse presente nos objectivos do I Programa, apenas surge como acções próprias no II e III Programa. A importância do diagnóstico destes fenómenos é, também, visível no Livro Verde e no Livro Branco sobre Política Social. Os diversos documentos apresentavam diferentes factores para a compreensão da exclusão social e, conseqüentemente, propostas diversas para o seu combate. No entanto, era a própria importância dessa análise que surgia como um denominador comum.

O II Programa (1985-1989), denominado de 'Acção Comunitária Específica de Luta contra a Pobreza', para além de valorizar as acções que contemplassem o estudo e a intervenção, permitiu a criação de equipas transnacionais para o acompanhamento e avaliação das acções e sobrevalorizou a participação dos destinatários das mesmas. Precisamente, foi no âmbito deste II Programa que se iniciaram os diversos projectos de intervenção em Portugal, colocando a exclusão social na agenda política. Como a autora refere, a criação do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (1990) e do Comissariados Regionais do Norte e o Sul de Luta contra a Pobreza são ilustrativos da crescente importância política e do interesse renovado pelo conhecimento deste fenómeno.

O III Programa (1989-1994) ou 'Programa da Acção a Médio Prazo Para a Integração Económica e Social dos Grupos Menos Favorecidos' centrou-se na criação de programas experimentais, de âmbito local com o objectivo de inovar as estratégias de intervenção social. Será ainda no âmbito do III Programa que surge outra das importantes iniciativas de análise do fenómeno, apontadas pela autora: a criação do Observatório Europeu de Políticas Nacionais para o Combate da Exclusão Social, com o objectivo de analisar os '*esforços realizados pelas autoridades públicas nos Estados-Membros no domínio da luta contra a Exclusão Social*' (p.67).

A exigência do permanente aprofundamento da análise dos fenómenos da pobreza e da exclusão social, bem como das metodologias e estratégias de intervenção, estão presentes na recente Estratégia Comu-

nitária de Inserção Social. Com este propósito, têm sido definidos alguns eixos centrais para a construção de indicadores europeus de rendimento, emprego, condições de vida e de conforto, situações de risco e das políticas de inserção (p.68/69), cujas dimensões são caracterizadas neste capítulo. As diferentes reflexões e a crescente preocupação pelo aumento do número de cidadãos em situação ou em risco de exclusão social contribuíram para a reconfiguração e diversificação das políticas sociais. De entre as diversas tendências, a autora salienta a evolução das políticas estruturais e gerais para o campo da exclusão social; o alargamento dos direitos da população em situação de vulnerabilidade e a intensificação dos programas experimentais e/ou emergenciais.

Entre os pontos de interesse desta obra destaca-se a análise efectuada sobre as medidas de combate e sobre a pobreza e exclusão social e, pela sua singularidade, a análise sobre a acção social. Aguardamos, no entanto, futuras publicações que permitam encarar a medida do Rendimento Social de Inserção como estratégia de combate à exclusão social e a sua ligação (e efeitos) com a acção social.

Jacqueline Marques

Instituto Superior Miguel Torga

Carl Zimmer. 2004. *A Fantástica História do Cérebro: O Funcionamento do Cérebro Humano*. Título original: *Soul Made Flesh: The Discovery of the Brain - and How it Changed the World*. Nova Iorque: Free Press, 2004. Tradução: Regina Lyra. Rio de Janeiro: Elsevier. 367 pp. ISBN: 0-7432-3038-8.

A Fantástica História do Cérebro retrata uma história que tem ficado na sombra dos séculos. É a história de como a 'alma' se tornou 'carne' – matéria – pelas mãos de um homem extraordinário – Thomas Willis – que viveu num não menos extraordinário século. Este livro descreve os tempos em que a neurologia moderna nasceu e foca a evolução das ideias que estabeleceram um papel para o cérebro.

Durante muito tempo pensou-se que a alma era algo étéreo ligada aos corpos celestes, por um lado, e ao corpo humano por